

CURRICULUM VITAE

JOSE CARLOS VIEIRA DE ANDRADE

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Área de Ciências Jurídico-Políticas (Maio de 2004)

Rege actualmente as aulas teóricas de *Direito Administrativo* no Mestrado e no Curso de Doutoramento (Direito Público).

Na qualidade de jurisconsulto elaborou mais de uma centena de pareceres jurídicos.

Integrou a Comissão de Revisão do Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, nomeada pela Ministra da Justiça (2012-2014)

É autor, além de dezenas de outras publicações (artigos, anotações), das seguintes monografias:

— *Grupos de Interesse, Pluralismo e Unidade Política*, 1977.

— *O Dever da Fundamentação Expressa de Actos Administrativos*, 1991.

— *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976* (1983), 5.^a ed., 2012.

— *Lições de Direito Administrativo*, 4.^a ed., 2015

— *A Justiça Administrativa* (Lições), 14.^a ed. 2015.

Actividade arbitral

Presidiu à Comissão Mista para reapreciação do valor fixado para a indemnização dos accionistas da SONAP (Maio-Outubro de 1994).

Foi membro, designado pelo Instituto da Água, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio, entre este Instituto e o consórcio construtor, relativo ao Adutor Beliche - ETA de Tavira (1996-2001) [sentença arbitral em co-autoria com FREITAS DO AMARAL e FAUSTO DE QUADROS, publicada *Aspectos jurídicos da empreitada de obras públicas*, Almedina, 2002]

Foi membro, designado pela APDL, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à concessão da exploração do Cais de Gaia (2011-2012)

Foi membro, designado pela concessionária, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio a APL e a Liscont sobre a modificação do contrato de exploração do terminal de contentores de Alcântara (2012)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre o Estado (ARSLVT) e a Sociedade Gestora do Hospital Amadora / Sintra (HASSG) relativo ao Contrato de Gestão 2004-2008 (2009- 2012)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a SPRHI e a MOTA-ENGIL, relativo à empreitada de reabilitação da Via Vitorino Nemésio (Horta, Açores) – (2011- 2013)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a Brisal e o Estado, relativo à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão da A-17 (2012-2015)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a PT e o Estado, relativo à indemnização por obrigações de serviço público (2013-2014)

É árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio ente esta e a AELOS, SA, relativo à subconcessão Litoral oeste (2014- suspenso temporariamente)

É árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à subconcessão Baixo Tejo (2014 - suspenso temporariamente)